



Sindicato dos Bancários de Brasília

Julho/2009



# Perspectivas do Sistema Financeiro Nacional e o impacto sobre a economia do DF

**FUT** BRASIL

**CONTRAF**  
Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro

**FETEC** FUT  
Centro Norte



# Apresentação

O Sindicato dos Bancários de Brasília organizou esta cartilha para apresentar uma síntese com as principais contribuições do seminário "Perspectivas do Sistema Financeiro Nacional e o impacto sobre a economia do DF", promovido pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Câmara Legislativa do DF, por iniciativa da deputada Erika Kokay (PT), em parceria com o Sindicato.

O evento permitiu debater a realidade do sistema financeiro nacional no contexto da crise financeira mundial, analisando o papel dos bancos que atuam no Brasil quanto ao crédito e aos juros, bem como em relação à contribuição ao desenvolvimento econômico do país.

A discussão sobre a crise internacional e seus efeitos surgiu em momento oportuno, na medida em que permitiu oferecer avaliações críticas sobre as origens da turbulência, bem como destacar alternativas para a sua superação.

Além de especialistas no assunto, participaram do evento o deputado federal Ricardo Berzoini; José Carlos Alonso, representante da Contraf/CUT; o presidente do Sindicato, Rodrigo Britto, bem como diversos dirigentes sindicais. Houve consenso de que a crise financeira internacional deve ser entendida a partir das políticas neoliberais, pautadas na desregulamentação do sistema financeiro e sob a orientação de organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial.

Além de afetar a oferta de crédito e a demanda por bens e serviços em quase todos os países, a crise trouxe consigo importantes lições sobre a retomada e o fortalecimento do papel do Estado na economia, sobretudo em prol de instituições financeiras públicas.

Por fim, a diretoria do Sindicato reafirma esta visão sobre o papel que as instituições financeiras devem ter, ressaltando a necessidade de regulamentação do sistema financeiro nacional. Para a entidade, a participação dos trabalhadores e da sociedade em geral na definição das políticas para o setor também é fundamental para o fortalecimento das instituições democráticas.

**Boa leitura!**



Textos de Pedro Tupinambá, técnico da seção do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) no Sindicato dos Bancários de Brasília.



# A importância do Sistema Financeiro Público

Diferentemente de outros países, o sistema financeiro público brasileiro – representado, sobretudo, pelo BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, além dos bancos estaduais remanescentes das tentativas de privatização – permitiu um melhor enfrentamento da crise. Essa evidência se cristalizou quando as instituições financeiras públicas tomaram a iniciativa de ampliar o crédito a juros menores, o que não se constatou no caso das instituições privadas, que atuaram de forma conservadora no contexto da crise.

De fato, ficou clara a retomada de alternativas históricas na superação da crise do capitalismo – implementadas desde as políticas keynesianas – a partir do fortalecimento da demanda como variável de retomada do crescimento econômico. Assim, reforça-se a importância da atuação do Estado na oferta e no barateamento do crédito (redução dos juros), bem como na ampliação dos investimentos do governo, especialmente nos programas sociais e na recuperação do valor do salário mínimo.

# Nova arquitetura do Sistema Financeiro Nacional

Agnaldo Azevedo



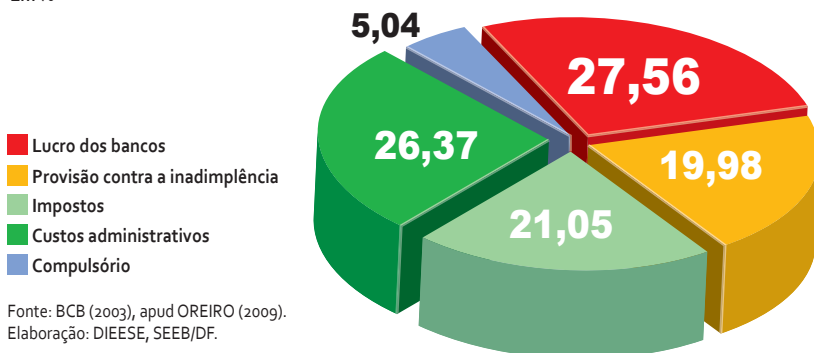
Rodrigo Britto - Presidente do Sindicato

Paralelamente ao fortalecimento da atuação dos bancos públicos é preciso que sejam consideradas algumas questões centrais no sentido de se construir uma "nova arquitetura do Sistema Financeiro Nacional", quais sejam: o custo do capital no Brasil associado ao problema do spread bancário e das taxas básicas de juros no País.

Nesse contexto, questionou-se por que os spreads bancários e as taxas de juros aplicadas no Brasil continuarem como as mais elevadas do mundo. Uma hipótese plausível levantada pelo prof. Oreiro afirma que o comportamento dos spreads e juros no Brasil estão intimamente relacionadas ao poder de mercado dos bancos (concentração do setor), e, em maior parte, pelas mudanças ocorridas no modelo macroeconômico. O que se observou é que nos momentos em que houve alterações significativas no patamar do spread ocorreram mudanças prévias no modelo macroeconômico. Com dados da economia brasileira de julho de 1994 a dezembro de 2005 o prof. Oreiro mostrou que a taxa básica de juros (SELIC) e a taxa de inflação foram as variáveis macroeconômicas que mais contribuíram para explicar o spread bancário brasileiro. Por outro lado, além das questões macroeconômicas, ressaltou-se a participação dos lucros dos bancos como o componente mais importante do spread como pode ser destacado no Gráfico.

## Decomposição contábil do spread bancário brasileiro

Em %





## Conjuntura econômica do DF

Ao considerar os indicadores econômicos recentes, o técnico e economista do Dieese, Tiago Oliveira, destacou que o DF situa-se como a oitava maior economia do país em termos do Produto Interno Bruto (PIB) e o primeiro no critério PIB per capita (R\$ 37.600), embora com elevada desigualdade, principalmente se comparadas as regiões administrativas em relação ao Plano Piloto.

O setor público responde por mais da metade do PIB, o que reforça a dependência do DF quanto à renda gerada por esse segmento. Por outro lado, o setor de serviços continua como o maior empregador.

O DF teve um desempenho diferenciado no período de crise entre os ramos de comércio nos quesitos volume de vendas e receita nominal de vendas, além do desempenho industrial, que sofreu pequeno impacto sobre o faturamento e o nível de capacidade instalada.

No comportamento do mercado de trabalho observam-se, desde 2004, sucessivas quedas na taxa de desemprego no DF, embora a região apresente taxas ainda elevadas, se comparada a outras regiões do país.

Outro destaque é o crescimento expressivo do assalariamento com carteira no setor privado e a evolução do rendimento médio real para o total de trabalhadores ocupados.

Em termos gerais, é notória que a grande participação do setor público no PIB, os recentes reajustes do funcionalismo e a ampliação dos concursos públicos permitiram que o DF sofresse um impacto da crise relativamente menor em relação aos demais estados do país, principalmente em relação à atividade industrial da região. Desse modo, ficou ainda mais evidente a importância do setor público nos contextos de crise e na retomada do crescimento econômico.

Dessa feita, destacou-se que os elevados custos do capital no Brasil estão relacionados aos elevados spreads (diferença entre a taxa de captação pelos bancos e os empréstimos aos consumidores), que decorrem das taxas básicas de juros, mas também dos lucros auferidos pelo setor em razão crescimento do poder de mercado das instituições financeiras pós Plano Real.

Já a redução dos juros pode ser explicada, inclusive, pela “contaminação da política monetária pela dívida pública” em razão da vinculação dos títulos à taxa de juros básica (SELIC). Na prática, ocorre um elo entre a política monetária e a dívida pública, o que dificulta o Banco Central em reduzir significativamente a taxa básica, pois reduziria a rentabilidade dos títulos públicos. Outro fator que dificulta a queda dos juros refere-se ao “excesso de conservadorismo do Banco Central do Brasil”, resultante de problemas relacionados à governança da política monetária. Exemplo notório é a indexação dos preços administrados (que corrigem os serviços públicos de água, saneamento, energia elétrica e telecomunicações) pelo IGP-M.



Erika Kokay - Deputada Distrital

## Alternativas levantadas para superação da crise financeira



### Na política macroeconômica:

- **Spreads bancários** – Redução dos spreads bancários via ampliação da oferta de crédito dos bancos públicos e do aporte de capital do tesouro, já que funcionariam como um estímulo à concorrência no setor bancário, no sentido da maior oferta do crédito com taxas de juros menores;
- **Juros** – Redução das taxas de juros básica (Selic), a partir da extinção das Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), admitindo-se uma operação de troca por outros títulos não indexados à Selic. Só para termos uma idéia dessa relação, em 2009, as LTNs representam cerca de 38% do estoque da dívida líquida do setor público. Na prática, essa nova regra impediria que o estoque da dívida do setor público não estivesse mais vinculado à variação da Selic.
- **Câmbio** – Reduzir a volatilidade do câmbio a partir do controle à entrada de capitais e com a mudança do indexador dos contratos de câmbio;
- **Novo modelo de ajuste fiscal** – Promover um novo modelo de ajuste fiscal, não mais relacionado às metas de superávit primário (receita menos despesas, exceto o pagamento de juros), mas a partir das metas de superávit em

conta-corrente do governo, sem o abandono das metas de inflação. Em tese, a meta de superávit em conta corrente do governo daria ênfase ao saldo de todas as transações comerciais e financeiras do país com o exterior; nesse novo modelo, o ajuste fiscal não mais estaria atrelado ao pagamento de juros da dívida externa, mas aos resultados do comércio exterior, por exemplo.

## Novo marco regulatório do Sistema Financeiro Nacional:

- Regulamentação do artigo 192 – Retomar a proposta de Regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal de 1988, que trata da ordem econômica e financeira, envolvendo as instituições públicas e privadas, e com a participação dos movimentos sociais;

### Capítulo IV da Constituição

#### “Art. 192

O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram. (Alterado pela EC-000.040-2003).”

- Papel das instituições financeiras:
- Limitação da autonomia do Banco Central;
- Destinação do crédito de modo a corrigir as desigualdades sociais e regionais;
- Normatizar a atuação dos bancos públicos e privados para a supervisão bancária, incluindo o mercado de capitais;

## Participação de recursos públicos:

- Reavaliar e rediscutir o papel do Estado na transferência de recursos, em especial às empresas e instituições financeiras privadas;
- Estabelecer contrapartidas para a manutenção dos empregos e salários nos setores e empresas onde houver participação de recursos públicos;
- Gestão compartilhada – Ampliar a participação de novos atores sociais (setor produtivo, sociedade civil e trabalhadores) no Conselho Monetário Nacional (CMN);
- Microfinanças e cooperativismo – Incentivar o desenvolvimento das microfinanças por meio da implementação do cooperativismo (não vinculado às categorias profissionais) e dos correspondentes bancários.

Agnaldo Azevedo



# Participantes do Seminário

## **Rodrigo Britto**

Pres. do Sindicato dos Bancários de Brasília

## **Erika Kokay**

Deputada Distrital e bancária

## **Ricardo Berzoini**

Deputado Federal, bancário e presidente do PT

## **José Carlos Alonso**

Representante da Contraf-CUT

## **Prof. Carlos Eduardo de Freitas**

Ex-diretor do Banco Central

## **Prof. José Carlos Oreiro**

Departamento de Economia da UnB

## **Prof. José Carlos Pagnussat**

Pres. do Cons. Reg. de Economia-DF

## **Amauri Niehues**

Diretor de Pessoas do BB

## **Diones Alves Cerqueira**

Representante da Fibra-DF

## **Marcelo Terrazas**

Consultor da Caixa

## **Newton Marques**

Economista do Banco Central

## **Tiago Oliveira**

Economista do Dieese

Para mais informações sobre o Seminário e/ou contribuições para este debate, entre em contato com a Secretaria Geral do **Sindicato dos Bancários de Brasília** pelo fone (61) 3262-9007 ou pelo e-mail [assessoria@bancariosdf.com.br](mailto:assessoria@bancariosdf.com.br).

